



XIV Encontro Nacional da ANPUR

23 a 27 · maio · 2011 · Rio de Janeiro

XIV ENCONTRO NACIONAL DA ANPUR

Maio de 2011

Rio de Janeiro - RJ - Brasil

CONFORME AS INSTRUÇÕES: A TIPIFICAÇÃO DO HABITAT POPULAR NA PRODUÇÃO DE
HABITAÇÃO SOCIAL NO BRASIL

Magaly Marques Pulhez (EESC USP) - magamarques@hotmail.com

Arquiteta e urbanista, doutoranda do Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo da EESC USP

Introdução

Este trabalho constitui-se como parte de pesquisa de doutorado recentemente iniciada e propõe, de modo geral, introduzir algumas questões que contribuam para a construção de perspectivas teóricas e críticas sobre a consolidação histórica de uma determinada *tipificação do habitat popular* na produção de habitação social no Brasil e o lugar que esta prática ocupa no planejamento das cidades, envolvendo Estado e agentes privados como protagonistas das instruções e decisões projetivas postas em curso ao longo do século XX em relação à moradia destinada à população de baixa renda. Trata-se de problematizar a institucionalização de um tal modelo de atendimento habitacional baseado numa certa *padronagem do habitat popular*, referenciada por um tipo projetual híbrido, que parece consolidar-se como uma combinação que agrega os pressupostos disciplinares do período higienista àqueles da industrialização e economia de meios consagrados, ao menos em discurso, a partir da criação do BNH, regulando e instruindo de forma estratégica os saberes sobre a casa popular, alinhando desenho e processo produtivo num esquema que, na verdade, chega mesmo a gerar uma estética que lhe é própria e que se torna característica da promoção estatal de habitação para os mais pobres na cidade brasileira.

O texto inicia-se com a recuperação de uma importante bibliografia que remete aos temas do higienismo e também dos preceitos da industrialização que vão animar toda uma geração profissional envolvida com a habitação social, tendo em vista o aumento significativo da precarização da moradia popular que atinge com força as parcelas da população com menor renda a partir do *boom* de crescimento urbano que caracteriza a primeira metade do século XX no Brasil.

Em seguida, os argumentos se voltam à estruturação do que aqui se considera como um certo hibridismo que reúne *regulação* e *padronagem* nas formas de atendimento habitacional, sintetizando a *tipificação do habitat popular* em suas manifestações materiais e simbólicas. Reconstrói-se sucintamente a origem das concepções de *tipo arquitetônico* em meio aos debates acerca da industrialização no início do século XX, numa tentativa de entender de que modo a idéia de racionalidade técnica aí presente se transmuta em um padrão de pensamento e julgamento que permite justificar e legitimar a reprodução de baixos padrões habitacionais como espaço próprio de moradia dos pobres no espaço urbano.

Para incrementar o desenvolvimento dessa idéia, o trabalho debruça-se brevemente sobre um manual recentemente produzido pela iniciativa privada e utilizado por diversas prefeituras do interior do país com o objetivo de construir parâmetros e instruções para a regulação do desenho da habitação social e sua posterior reprodução.

Em suas considerações finais, o texto, brevemente, propõe que se possa avançar no desenvolvimento de um debate mais ampliado, que diz respeito às formas atuais de

produção do espaço urbano, colocando em discussão os papéis assumidos pelos agentes modeladores do espaço habitacional, de modo a problematizar os vínculos reais e possíveis estabelecidos entre as ações do Estado e interesses econômicos privados na promoção de habitação social hoje.

Os princípios da regulação e da padronagem na produção da habitação social no Brasil: aproximações

As primeiras abordagens voltadas para o tema da habitação social no Brasil remetem à segunda metade do século XIX, quando a presença dos pobres nas cidades começa a ser notada de forma incômoda por setores das elites e pelo Estado, que passam a tratar o espaço da moradia popular – sobretudo vilas, favelas e cortiços – como problema a ser saneado, possivelmente erradicado (Abreu, 1994; Villaça, 1986; Correia, 2004). Como ressalta Nabil Bonduki, em obra referencial sobre o tema, é pelo viés do higienismo que a habitação popular vê-se alçada à condição de objeto de alguma intervenção estatal no início da era republicana, sobretudo em função da deterioração das condições sanitárias e do risco amedrontador da eclosão incontrolável de epidemias naquele fim de século (Bonduki, 1998).

Desde então, um notável empenho em descrever, entender, nomear, classificar os temas da moradia popular ganha corpo em meio a poderes públicos, profissionais e acadêmicos, ativando relações intrínsecas entre práticas discursivas e não discursivas, ou seja, entre o falar e o agir a respeito da presença dos pobres na cidade e suas carências de habitação. Na verdade, a própria idéia de uma habitação que passa a ser intitulada como “social” demonstra como originalmente o tema entra na pauta pública (e assim permanece): como questão – ou problema – *social*, a ser *regulada* a partir de sua *racionalização como prática governamental*.

A idéia da *regulação* – como um conjunto de regras normatizadoras e disciplinares – insere-se aí como prática de intervenção, alimentando, por sua vez, a construção de uma idéia acerca de um modelo ideal de casa, não como elaboração abstrata, mas como dispositivo que, em sua natureza essencialmente estratégica, cumpre a função de manipular, orientar e intervir racionalmente nas relações de força que condicionam, controlam e asseguram a formatação dos saberes, gestos, condutas, opiniões e discursos (Agamben, 2009). A idéia do *desenho-padrão*, tornado norma através de uma grafia oficial que a ele confere legitimidade e, também, legibilidade, permite-nos tratá-lo como elemento de uma rede constelar implicada em discursos, instituições, legislações, instrumentos de gestão, que, no limite, nos dão a real medida daquilo que a terminologia do *dispositivo* pretende saudar como prática de domínio.

Essa perspectiva teórica apresenta-se aqui como uma proposta possível de entendimento

acerca de uma certa *naturalização* – num processo de assimilação exponencial da *forma-padrão disciplinada* – que se constitui acerca desse modelo de habitat: o abrigo higiênico, saneado, mas também econômico, por vezes modesto, ao alcance do pobre favelado ou encortçado – o cidadão em potencial –, despertando nele o espírito comunitário e de superação do atraso.

Das últimas décadas do século XIX às primeiras do século XX, em meio às críticas ao *laissez-faire* urbano, acompanhadas da censura à precariedade e ao imprevisto que caracterizavam a multiplicação de moradias populares nas cidades brasileiras, não apenas os governos, mas toda uma geração de profissionais encontrará nos temas da *habitação modelar* um importante referencial: de médicos e engenheiros higienistas, defensores da aplicação de códigos sanitários e de intervenções radicais na casa imoral e degradada dos pobres, aos partidários das proposições socializantes e, a um só tempo, regularizadoras, baseadas em princípios estabelecidos nos Congressos Internacionais de Arquitetura Moderna, a partir dos anos 1920¹.

Imagem 1: Desenhos de casas populares *padrão* projetadas para a população removida dos mocambos no Recife, anos 1940 (sem escala) (fonte: Correia, 2004)



Para a composição deste modelo, a organização industrial no país exerceu papel de destaque: ela tornara-se ingrediente indispensável para que se pusessem a pensar, *cientificamente* (termo muito caro a empresários da época), os conteúdos relativos à produtividade do trabalho e sua extensão à esfera doméstica, no sentido de balizar a rotina do operário em toda sua extensão: racionalização, eficiência, otimização de recursos, redução de custos e desperdícios. No caso da habitação, agreguem-se aí os imperativos da *padronização* e da *adequação dos custos ao poder aquisitivo do trabalhador* (o que justificaria, por exemplo, a redução de área e a flexibilização dos parâmetros construtivos)².

Nesse sentido, a intimidade com que se relacionam os temas acerca da habitação propostos pela vanguarda moderna – animada pela nova era industrial – e as formas de intervenção

do Estado sobre o problema da casa popular merece ser verificada com interesse: todos os princípios ali sistematizados – habitação mínima, rebaixamento dos custos, padronização e racionalização da construção para fins de produção em série –, que caracterizariam, então, um novo modo de organização social³, passam a ganhar materialidade nos programas habitacionais do governo brasileiro a partir dos anos 1930 e 40⁴.

Caberia remontar, de modo complementar a essas observações, ainda que de forma bastante breve, alguns pontos relevantes do pressuposto originário que associa arquitetura e indústria e que requisita, para tanto, a idéia do *tipo arquitetônico* (no caso, *habitacional*)

como objeto-síntese (estética e funcionalmente) que tão somente se alcança através justamente da padronização e da produção em série. Em meio à consolidação do capitalismo industrial no início do século XX, desde os primeiros debates sobre as formas ideais dos produtos industriais perseguidas pela Deutsche Werkbund na Alemanha da década de 1910⁵ às concepções corbusianas acerca do domínio da técnica como novo norte para o desenvolvimento arquitetural, evocando a necessidade de que também a prática arquitetônica passasse a se pautar pelo imperativo da *padronização*, da *industrialização* e da *taylorização* (Le Corbusier, 2004), a noção de *tipo* então em voga, de certa forma, pressupunha uma submissão do capital aos preceitos estéticos e funcionais, como lembra a pesquisadora Lúcia Shimbo (2010), o que passa a suscitar, em contraponto, um estado de tensão permanente em relação a esse debate, já que o *tipo*, a *forma-padrão*, quase sempre têm representado, materialmente, péssimos exemplares arquitetônicos e urbanos, em oposição ao estatuto de origem dessa concepção, invertendo a lógica de uma mercadoria que primordialmente deveria apresentar *qualidade* (tipo mais adequado para a função específica do objeto, segundo Shimbo), ao revés submetida a interesses de apropriação privada (produtividade, lucro, fetichização).

A partir desse aporte, se retornamos, pois, às questões da produção habitacional no Brasil que ancoram esse texto, valeria questionar o lugar realmente ocupado pelo aparato tecnológico⁶ que imputa uma suposta racionalidade ao modo de produção, tornando o tipo arquitetônico mais do que apenas um produto materialmente implantado no tecido das cidades, mas, na verdade, um padrão de *pensamento e julgamento* entendido como *racional* e que, evidentemente, passa a ser *dominante*.

É através desse domínio – ou de um conservadorismo de caráter dominante – que se pretende estabelecer, para o desenho da casa popular no Brasil, uma conexão por vezes não óbvia entre o *disciplinamento* próprio da era higienista e a *padronagem* que se consagra, logo em seguida, como a própria semântica do atendimento habitacional que se empreende via Banco Nacional de Habitação (BNH) e até hoje em território nacional – a síntese por excelência da *tipificação do habitat popular*.

Como se sabe, a população de baixa renda – aquela que atualmente se recorta como “famílias com renda entre 0 e 3 salários mínimos” –, até a criação do BNH, em 1964, jamais havia sido atendida em grande escala pelo poder público, federal ou local, de modo que, muito embora no imaginário social a idéia da *padronagem do habitat popular* pudesse já ser considerada potencialmente forte⁷, é somente a partir dos anos 1960 que se pode identificar na tessitura urbana das cidades brasileiras o desenvolvimento maciço do modelo de atendimento habitacional com o qual este texto procura lidar – aquele que justamente remete de forma mais explícita aos mecanismos de demarcação material e simbólica de um espaço de morar que parece ser próprio e específico dos pobres, consolidando uma

combinação que, agora sim, agrega os pressupostos disciplinares e reguladores do período higienista anterior àqueles da industrialização e economia de meios constantemente evocados a partir da criação do BNH, ao menos em discurso, instituindo uma ordem estruturante híbrida, essencialmente estratégica, que, a todo instante, condiciona um certo tipo de saber sobre a casa popular, e que, em mão contrária, também por ele é condicionada.

Imagens 2, 3 e 4: Vila Kennedy, Rio de Janeiro (anos 1960); Conjunto habitacional em Cidade Tiradentes, São Paulo (anos 1970); Bairro Recanto dos Pássaros, Mato Grosso (2005) (respectivas fontes: FREIRE, A. & OLIVEIRA, L. L. (orgs). *Capítulos da Memória do Urbanismo Carioca: depoimentos ao CPDOC/FGV*. Rio de Janeiro: FGV, 2000; acervo particular Usina; acervo pessoal Arq. Andréa de F. Arruda Canavarros)



Por outro lado, há que se considerar, ao longo desse processo, os deslocamentos possíveis e prováveis ocorridos entre os dois períodos, sobretudo se se toma em conta as próprias transformações do aparato regulador que dimensiona a escala material e simbólica da reprodução deste determinado modelo – Estado, instituições, instrumentos de gestão e planejamento não permaneceram obviamente inoculados, intocados ou congelados em seus conteúdos e tampouco em sua forma de atuação no decorrer do século XX no Brasil. Evidentemente, o arcabouço jurídico e administrativo que hoje define o solo institucional em que a questão urbana se alicerça é fruto justamente destes deslocamentos, dado o grau de êxito das discussões fomentadas, sobretudo, durante o período de redemocratização do país, nos anos 1980 – a esse respeito, a própria Constituição Federal seria um exemplo a citar.

Ainda assim, a argumentação que aqui se propõe está dimensionada a partir justamente daquilo que parece mais peculiar no modo mesmo como, no Brasil, se constrói e se passa a evocar um desenho específico da moradia popular: os aspectos correntemente revisitados de um esquema que, por um lado, implica em política institucional e, por outro, em dispositivos de caráter projetual e de planejamento, ambos evidentemente agregando componentes ideológicos, simbólicos e intersubjetivos que compõem um diagrama de poder que está na base do julgamento racional.

Em trabalho referencial sobre o tema, Marta Farah lembra, oportunamente, que, em relação ao BNH e ao regime político conservador dos militares, a legitimação da atuação do Estado, para além do autoritarismo e da coerção pura e simples, baseava-se em recursos discursivos eivados de ideologia, que, em seu sentido marxista, é aquela que mascara a prática política justamente em função da exaltação de uma certa racionalidade técnica – aquela técnica que, por ser apartada da política, seria neutra e objetiva. E por aí se justificam redução de custos e de subsídios, funcionamento de um modelo econômico-empresarial de provisão habitacional, naturalização da ocupação periférica do espaço urbano, dado o alto preço da terra, etc –, sempre aplicada, com sua "neutralidade inerente", em função do "interesse geral" (Farah, 1981). A organização argumentativa que estrutura o apelo técnico dos discursos sobre o tema dá conta da mais variada gama de justificativas para a reprodução da ordem instituída – da "saída pelo mercado" à "flexibilização nos padrões urbanísticos e construtivos das habitações dos mais pobres", institucionalizando um tal modelo estatal de atendimento que procura alinhar desenho e processo produtivo num princípio interventor que, na verdade, rebaixa a herança moderna em seus mais diferentes aspectos, chegando mesmo a gerar uma estética que lhe é própria.

A partir daí, tendo em vista a realidade atual da promoção habitacional que permanece sob responsabilidade do poder público, um outro ponto há de fundamental para que se ressalte: trata-se justamente da constatação de que para além da facilitação da reprodutibilidade da forma-padrão por um processo de construção gradual de um pensamento-padrão dominante acerca de um determinado tipo arquitetônico popular, tem-se, por outro lado – e através do mesmo aparato ideológico –, a configuração de uma série de mecanismos regulatórios que vem resultando na formalização de programas habitacionais notadamente favorecedores do setor privado de construção civil (Shimbo, 2010), o que, merece que se diga, evidentemente não parece romper com a lógica anteriormente empregada pelo BNH⁸.

Em termos metodológicos, a opção que este texto apresenta – a leitura de um material produzido pela iniciativa privada (no caso, um manual) direcionado, primordialmente, a poderes públicos locais e que apresenta "instruções" para o enfrentamento do déficit habitacional no Brasil, através de projetos padronizados e reprodutíveis em larga escala – emerge justamente da intenção de agregar em uma única experiência, embora de forma ainda preliminar, os três aspectos distintos aqui destacados que se sintetizam em torno da idéia da *tipificação do habitat popular*: a regulação do desenho do espaço habitacional (casa e bairro), a padronagem projetual e produtiva e a participação do setor privado nesse processo.

A rigor, o que pode haver de maior interesse em relação a essa proposta metodológica reside no fato de que se trata de proceder uma leitura de uma experiência contemporânea, desenvolvida no início dos anos 2000, e que, portanto, cumpre aqui o papel de ratificar o

argumento de que se permanece reeditando um modelo tão conhecido quanto praticado em termos de produção habitacional em solo brasileiro.

Conforme as instruções: propostas do setor privado para a produção habitacional hoje⁹

O Projeto Habitação 1.0®

A ABCP - Associação Brasileira de Cimento Portland, que se intitula como “braço tecnológico da indústria brasileira de cimento”¹⁰, desenvolveu, no início dos anos 2000, em parceria com a ONG paulista Água e Cidade e com o apoio da Escola Politécnica da Universidade de São Paulo (EPUSP), o projeto **Habitação 1.0®**, que prevê a construção de casas de aproximadamente de 40 m², a partir de duas alternativas construtivas – em concreto celular ou alvenaria estrutural de blocos de concreto. Ambos, segundo a ABCP, são adequados à reprodução em larga escala no Brasil, independentemente de região, estado ou município.

Segundo o “*Manual Técnico para Implementação - Habitação 1.0 ®. Bairro Sustentável. População Saudável*”, o projeto destina-se

“a administradores municipais, sindicatos, ONGs, prefeituras e secretarias de obras que tenham um terreno saneado e vontade política de mudar a realidade do município onde se encontram. (...) O maior beneficiário dessa proposta é a população de baixa renda, que precisa de apoio, tanto do poder público quanto da sociedade civil, para alcançar melhores padrões de vida” (ABCP, 2002, p.01).

O material – uma apostila de 88 páginas, disponível *on-line* no *site* da ABCP¹¹ – está estruturado de modo a apresentar ao leitor um passo-a-passo de procedimentos técnicos e administrativos para a implementação do projeto, abordando desde os “conceitos” de sustentabilidade e produção em série em que, segundo a ABCP, se baseiam o projeto, até o detalhamento das fontes de recurso das quais o gestor público pode lançar mão para o financiamento da produção das habitações.

Todos os programas da Caixa Econômica Federal são listados e cuidadosamente esmiuçados em termos de modalidade, faixa de renda, limite de valores disponíveis, taxas de juros, etc. Esse item – “Fontes e Recursos” – não apenas encontra-se logo nas primeiras páginas do manual, mas antecede a descrição detalhada dos projetos sugeridos de moradias populares em estrutura de concreto, que, em seguida, são apresentados a partir de uma referência imagética bastante peculiar e significativa: a do carro popular, produzido em série e larga escala, com padrões reduzidos e custo minorado. Utiliza-se, em alusão a

este modelo de automóvel, o termo “Casa 1.0”:

“O termo Casa 1.0 busca uma analogia com os carros populares, que atingiram enorme sucesso na última década. Produção em série, padronização de processos construtivos, utilização de materiais testados e aprovados formam um conceito de produção que é primordial ao objetivo de reduzir o déficit habitacional brasileiro. Tal conceito, porém, vai muito além do empregado na produção do automóvel. Para a maioria dos brasileiros, a aquisição da casa própria é a conquista de uma vida. Por isso, deve ser duradoura e admitir adaptações, personalização e ampliação” (ABCP, 2002, p.19).

Algumas “otimizações” projetuais e produtivas são apresentadas em defesa do projeto considerado “racional”: (1) Baixo custo (parede hidráulica, perímetro reduzido de paredes etc.); (2) Distribuição inteligente do espaço (mínima área de circulação, separação das áreas íntima, social e serviços etc.); (3) Projeto “ampliável” (programa com dois quartos, sala, cozinha e banheiro e área de serviço); Área construída ideal (casas até 42 m² e apartamentos até 46 m²). Além disso, há também a alternativa de que as casas possam ser construídas de forma geminada, sem excluir as possibilidades de ampliação (ABCP, 2002, p.20).

Até aqui, há no texto algumas referências, ainda que pouco explícitas, em relação à questão do espaço saneado, que se deve regular e disciplinar para que seja salubre e pouco permissivo. No próprio título do manual aparece a expressão “população saudável” e ela claramente remete-se à questão dos sistemas infraestruturais que devem compor, segundo a ABCP, a base dos “bairros sustentáveis”. Mais adiante, essa idéia será debatida com força no manual, agregando-se recomendações para que se garanta a implantação desses sistemas nos conjuntos populares e, sobretudo, que se atente de maneira cuidadosa para sua gestão, capacitando “a própria comunidade” para esta tarefa. Em relação às sugestões projetuais apresentadas, vale destacar a referência à “separação das áreas íntima, social e de serviços”, que evidentemente se percebe como diretriz disciplinar e regulatória do espaço considerado adequado à moradia, segundo padrões dominantes de conduta e julgamento. De volta à descrição do material, em seguida, abre-se um longo item sobre os “Sistemas Construtivos”, novamente advogando em favor da *racionalização*. Primeiramente, apresenta-se a alvenaria estrutural em blocos de concreto:

“A alvenaria estrutural racionalizada de blocos vazados de concreto é um sistema construtivo em que a parede, construída com blocos modulados de mesma família, desempenha duas funções: vedação (fechamento) e elemento estrutural,

suportando as ações verticais e horizontais. Essa racionalização proporciona mais eficácia e economia ao sistema, que apresenta vantagens significativas: • Redução de armaduras; • Redução de fôrmas; • Eliminação das etapas de moldagem dos pilares e vigas; • Facilidade na montagem da alvenaria; • Redução de desperdícios e retrabalho“ (ABCP, 2002, p.21).

Após uma série de páginas dedicadas ao detalhamento dos processos construtivos (através também de desenhos e fotografias de obras), são apresentados alguns projetos sugeridos para casas executadas segundo este sistema:

Imagem 5: Planta 1 - 1ª. Etapa (sem escala)
(fonte: ABCP, 2002)

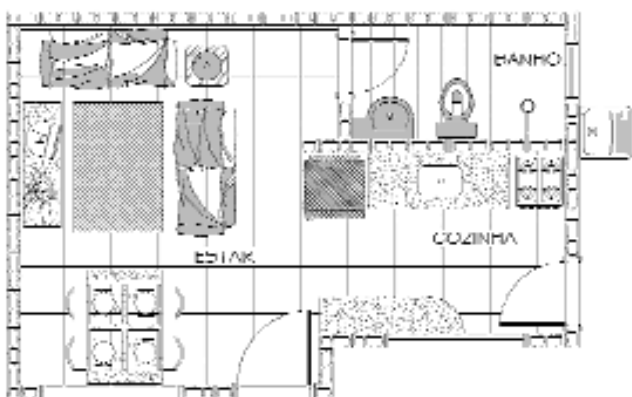


Imagem 6: Planta 1 - 2ª. Etapa (sem escala)
(fonte: ABCP, 2002)

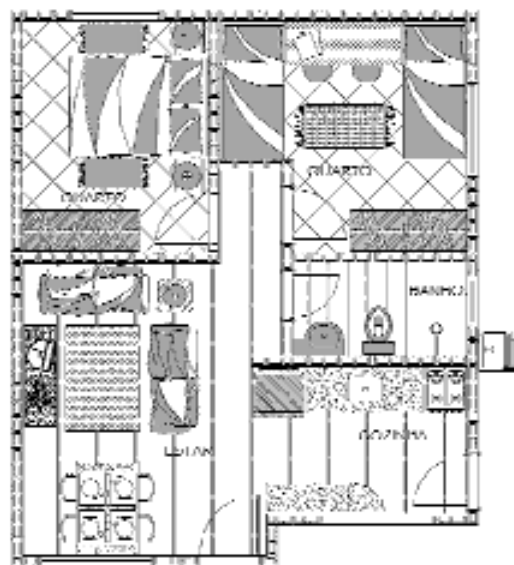


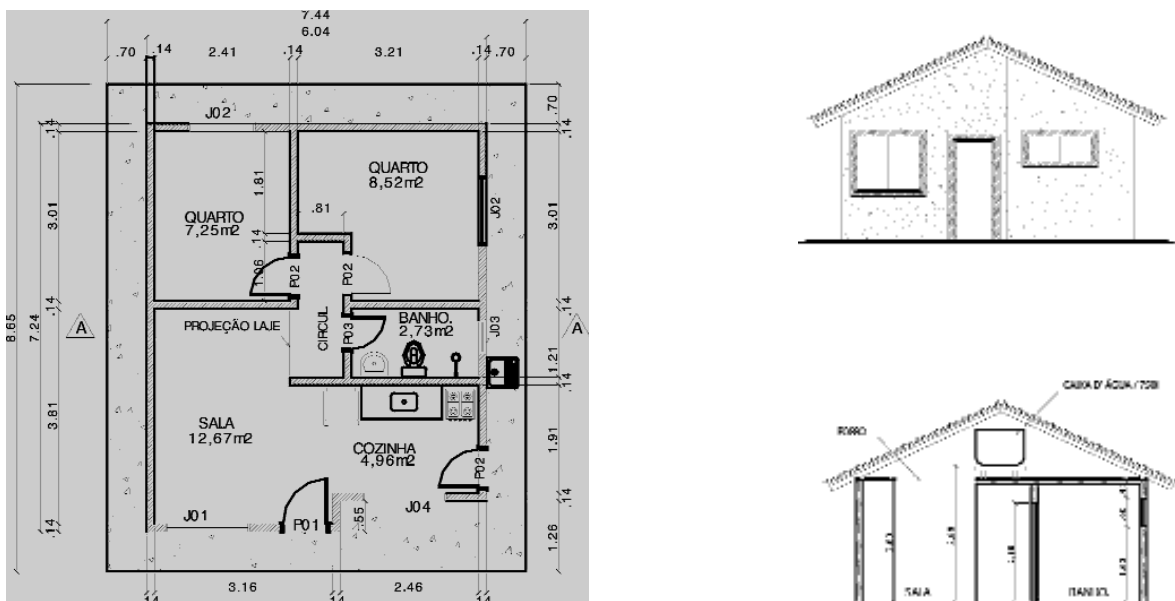
Imagem 7: Fachada 1ª. opção (sem escala)
(fonte: ABCP, 2002)



Imagem 8: Fachada 2ª. opção (sem escala)
(fonte: ABCP, 2002)



Imagens 9, 10 e 11: Planta 2, fachada e corte (sem escala) (fonte: ABCP, 2002)



Em termos analíticos, ao observar estas propostas projetuais há que se supor que a padronização rebaixada em seus esquemas espaciais tornou-se uma característica própria da produção habitacional em série para baixa renda no Brasil. A redução de custos e o acordo em torno daquilo que se entende como moralmente aceitável condicionam a formatação de origem deste tipo arquitetônico e, a partir daí, sua construção imagética torna-se extremamente significativa: o saber do desenho da casa está submetido a padrões consensuais que o julgam racional e moral, e, mais do que isso, naturalizam sua imagem como própria de um determinado seguimento, que não pode (e, quiçá, não deve) acessar mais do que isso – o abrigo quase primitivo, mínimo (40m²), modesto e econômico. Ali habita a população pobre, assim se sabe e assim se aceitou que o fosse durante todo o século XX, na constituição histórica da tipificação do habitat popular.

Vale lembrar que a padronização aqui é válida tanto para o projeto do tipo habitacional quanto para o processo produtivo, em termos de técnicas de gestão e procedimentos-padrão a serem seguidos no canteiro, possibilitando um maior controle sobre o trabalho necessário para a construção das unidades, evitando inclusive que se tenha que substituir a mão-de-obra de mestres, pedreiros, serventes e outros técnicos por maquinários para que se alcance a produtividade almejada.¹²

A apresentação do sistema em concreto celular não difere do anterior em termos descritivos e de recomendações projetuais e produtivas. Abaixo, seguem exemplos disponibilizados no manual de casas executadas segundo esta tecnologia:

Imagens 12 e 13: casas construídas em concreto celular a partir do projeto **Habitação 1.0®**
(fonte: ABCP, 2002)



O penúltimo item do manual – e aquele que ocupa mais de 1/4 da apostila – refere-se à já mencionada "Infraestrutura", com diversas recomendações de implementação para que se garanta “bairros saudáveis e sustentáveis” (ABCP, 2002, p.68). Dedicam-se várias páginas à descrição de como se deve proceder o abastecimento de água, coleta, tratamento e disposição final dos esgotos, distribuição de gás e energia e captação de águas pluviais.

Por fim, a apostila encerra-se com um item que procura sintetizar a questão “conceitual” que move o projeto **Habitação 1.0®**: a “Sustentabilidade”. Segundo a ABCP, o projeto “consolida o conceito do "habitat humano", que integra harmonicamente a unidade habitacional (Casa 1.0 ou Prédio 1.0), sua infra-estrutura e os equipamentos e serviços urbanos, como creche, quadras esportivas etc” (ABCP, 2002, 86).

Conforme consta nas páginas finais do manual, para que se garanta à população “melhor qualidade de vida”, a proposta prevê, em resumo: **unidade habitacional** otimizada através de processos construtivos com minimização de perdas durante a execução, ganho de produtividade nas etapas executivas, minimização da geração de resíduos durante a execução, redução dos custos globais, garantia de durabilidade dos processos construtivos propostos, ganho da área útil interna por meio de projetos otimizados, melhoria da estética das unidades habitacionais com o uso de inovações tecnológicas e ampliação planejada; **infra-estrutura básica apropriada**; **conservação ambiental**; **resgate da cidadania** através da gestão apropriada dos recursos naturais, da formação de gestores pelas próprias comunidades constituídas nos novos bairros e da valorização do cidadão, que recebe informação apropriada; e **viabilidade econômica**, através do uso de tecnologias modernas e com elevado ganho de produtividade, de menores custos de manutenção e operação, da redução de desperdício dos processos envolvidos e de parcerias (ABCP, 2002, p.86).

O item "Conclusão", ainda que de forma ligeira, agrega outras questões à proposta:

“O projeto **Habitação 1.0®** é uma evolução dos conceitos habitacionais já propostos. Possui como premissa o bem-estar das pessoas em comunidades modernas, com garantia de qualidade e durabilidade. Para o êxito dos novos empreendimentos, durante e após a ocupação, é de extrema valia a parceria de

entidades civis e organizações não governamentais, sobretudo nas ações de capacitação e treinamento das comunidades envolvidas. É com engajamento e seriedade que este projeto procura atender à população mais carente” (ABCP, 2002, p.87).

Essa frase permite, pois, que se ressalte um ponto importante em relação aos propósitos disciplinadores que estão nas entrelinhas do projeto: a idéia de que deve haver em novos bairros populares – que normalmente se formam do zero, sem que antes ali houvesse qualquer sinal de urbanidade – uma espécie de preparação no sentido de orientar a população que passará a ser moradora daquele novo conjunto, de modo que aos pobres lhes seja ensinado o morar de forma higiênica e decente, numa cruzada cívico-educativa, trata-se de uma postura que não é nova e que, de certo modo, poder-se-ia dizer que remonta àquilo que o pesquisador Marcelo Burgos denomina “pedagogia populista estadonovista“, quando, nos anos 1930, coube aos assistentes sociais orientar a massa de trabalhadores ex-favelada que se direcionava aos grandes conjuntos habitacionais de inspiração moderna que se empreendiam no Rio de Janeiro daquele período (Burgos, 2003)¹³.

O somar-se dessa (velha) questão aos pressupostos aqui preliminarmente desenvolvidos adensa ainda mais as reflexões que este trabalho procurou construir no sentido de identificar as estratégias que manipulam, orientam e intervêm *racionalmente* nas relações de força e domínio que condicionam, controlam e asseguram saberes, condutas, julgamentos e discursos sobre o habitat popular e, evidentemente, sobre sua reprodução no território. Assim sendo, a exposição desta experiência de projeto não pretende concluir-se em si mesma e jamais poderia. A gama de considerações que a partir dela se constitui é enorme e abre caminhos ainda não trilhados sobre o que se pode discutir, sobretudo, a respeito dos nexos e conexões que vinculam o processo de planejamento e produção da habitação e da própria cidade ao Estado e demais agentes aí envolvidos.

Imagens 14 e 15: 12.856 unidades habitacionais construídas pela prefeitura da cidade de Lavras, em Minas Gerais, a partir do projeto **Habitação 1.0®** (fonte: ABCP, 2002)



Considerações finais

As últimas imagens acima apresentadas talvez sintetizem de forma mais imediata as confluências que dão cor à ampla discussão que aqui se pretendeu apenas introduzir: empreendimento direcionado a famílias de baixa renda em ocupação periférica de cidade de pequeno porte, padrão arquitetônico e urbanístico rebaixado, custos reduzidos, projeto e produção regulados pelo mercado privado, financiamento público, anos 2000.

Esta espécie de “equação”, de certo modo, condensa em termos práticos os aspectos que definem a roupagem dos vínculos reais e possíveis estabelecidos entre as ações do Estado e interesses privados na produção de habitação social hoje: embora não se trate de fato novo, o adensamento da participação do setor privado na instrução da política habitacional em suas filigranas vem a rigor promovendo, contemporaneamente, um deslocamento de sentido nas atribuições relacionadas à concepção dos projetos e à própria implementação dos empreendimentos que merece atenção – é legítimo que o Estado alimente a autonomia da iniciativa privada através de uma política que aparenta resumir-se ao repasse de subsídios e financiamentos? A quem de fato cabe a regulação e o planejamento das ações voltadas à produção habitacional e do próprio espaço urbano? Quem são efetivamente os agentes modeladores aí envolvidos e qual cota lhes cabe nos processos decisórios? A partir de quais referenciais haverá de surgir questionamentos práticos a respeito da tipificação do habitat popular na forma como vem se dando?

Parece evidente que o modelo econômico-empresarial de provisão da moradia, aquele entendido como técnica e racionalmente mais eficaz, em encadeamento cíclico, vem cumprindo um rigoroso protagonismo na produção “oficial” do habitat popular no Brasil, já tipificado ao extremo, num processo que, subliminarmente, se espraia em instituições, legislações, instrumentos de gestão, agentes privados e públicos que parecem, muitas vezes, discursar em uníssono, correntemente legitimando a produção de espacialidades urbanas que, no campo habitacional, não apenas não são novas como, ao contrário, apresentam-se como uma eterna reedição do mesmo esquema, regularmente empobrecido, embora lucrativo.

Como nota conclusiva, ainda que o texto esteja aberto a outras diversas perspectivas analíticas e críticas, vale registrar, pontualmente, que o que de fato se apresenta como regra, nesses vinte e cinco anos que se seguem após o fechamento do BNH, aponta-nos para a probabilidade maior de que estejamos ainda imersos num mesmo ciclo histórico, que todavia não se esgotou, e que a lógica primordialmente privatista que entrelaça os agentes reguladores e produtores do espaço habitacional direcionado aos mais pobres ainda permanece como impeditivo para que se possa volatilizar e modificar os padrões arraigados de conduta que informam e são informados pelas práticas de planejamento e projeto postas em curso, escancarando seus limites e os sempre renovados desafios de transformar as

arenas historicamente constituídas de intervenção sobre o território urbano brasileiro.

Referências bibliográficas

- ABCP Associação Brasileira de Cimento Portland. (2002). *Manual Técnico para Implementação - Habitação 1.0 @. Bairro Sustentável. População Saudável*. São Paulo.
- ABREU, M. de A. (1994). “Reconstruindo uma história esquecida: origem e expansão inicial das favelas no Rio de Janeiro”. *Revista Espaço & Debates*, n° 37, p. 34-46.
- AGAMBEN, G. (2009). “O que é um dispositivo?”. In AGAMBEN, Giorgio. *O que é o contemporâneo? e outros ensaios*. Chapecó: Argos.
- ANTUNES, C. (1997). *A Arquitetura Moderna Brasileira e o Projeto da Habitação Popular 1940-1950*. Dissertação de Mestrado, FAU-USP. São Paulo.
- BONDUKI, N. G. (1998). *Origens da habitação social no Brasil*. São Paulo: Estação Liberdade, 1998.
- BURGOS, M. B. (2003). “Dos parques proletários ao FavelaBairro: as políticas públicas nas favelas do Rio de Janeiro”. In ZALUAR, Alba & ALVITO, Marcos. *Um século de favela*. Rio de Janeiro: Editora Fundação Getúlio Vargas, 3a ed.,
- CORREIA, T. de B. (2004). *A construção do habitat moderno no Brasil 1870-1950*. São Carlos: RIMA.
- FAHAR-BECKER, G. (1996). *El Modernismo*. Colônia: Konemann.
- FARAH, M. F. S. (1981). “Reflexões sobre o discurso de um representante da intervenção do Estado na questão habitacional”. *Revista Espaço & Debates*, n° 01, janeiro, p. 61-76.
- LE CORBUSIER. (2004). *Precisões sobre um estado presente da arquitetura e do urbanismo*. São Paulo: Cosac & Naify.
- MARCUSE, H. (1996). “Algumas implicações sociais da tecnologia moderna”. *Praga Revista de Estudos Marxistas*, n.1, set/dez.
- NASCIMENTO, F. B. do. (2004). *Entre a estética e o hábito: o Departamento de Habitação Popular (Rio de Janeiro, 1946 - 1960)*. Dissertação de Mestrado, EESC-USP. São Carlos.
- PULHEZ, M. M. (2007). *Espaços de favela, fronteiras do ofício: história e experiências contemporâneas de arquitetos em assessorias de urbanização*. Dissertação de Mestrado, EESC-USP. São Carlos.
- SHIMBO, L. (2010). *Habitação social, habitação de mercado: a confluência entre Estado, empresas construtoras e capital financeiro*. Tese de Doutorado, EESC-USP. São Carlos.
- VILLAÇA, F. (1986). *O que todo cidadão precisa saber sobre habitação*. São Paulo: Global.

Notas de fim de texto

1 A relação entre o que aqui se propõe chamar padronagem do habitat popular e a gênese dos pressupostos modernos é recuperada, sob diferentes pontos de vista, por diversos autores: Correia (2004), Bonduki (1998), Antunes (1997), Nascimento (2004), Pulhez (2007), Shimbo (2010).

2 Veja-se, por exemplo, nos anos 1940, a cruzada reguladora do Instituto de Organização Racional do Trabalho, o IDORT, com o intuito de sanear, moralizar e racionalizar a casa operária: “Conciliar uma moradia popular cujas condições higiene e conforto sejam adequadas a custos de construção acessíveis ao trabalhador foi um dos temas centrais discutidos na Jornada da Habitação Econômica e em matérias publicadas na Revista de Organização Científica [sob responsabilidade editorial do IDORT]. Taylorizar o canteiro de obra, padronizar os elementos construtivos e alterar os códigos de obras foram procedimentos discutidos visando a alcançar esse objetivo” (Correia, 2004, p.87).

3 Já aí fortemente inoculada a concepção da moradia popular como espaço saneado e com papel central na produtividade do trabalho (Correia, 2004).

4 Veja-se a produção das carteiras prediais dos Institutos de Aposentadorias e Pensões, da Fundação da Casa Popular (Bonduki, 1998) e do Departamento de Habitação Popular (este, no âmbito da administração municipal do Rio de Janeiro, então Distrito Federal) (Nascimento, 2004).

5 Grosso modo, a Deutsche Werkbund foi uma associação de artistas, arquitetos e produtores artesanais que se consolidou na Alemanha entre os anos 1907 e 1914, buscando aproximar arte, artesanato e indústria do ponto de vista de uma elaboração prática e teórica relacionada ao crescimento industrial e às novas formas e tipos visuais a ele relacionados. Sobre a atuação da Werkbund, veja-se, dentre outros, Fahr-Becker (1996).

6 Sobre a idéia de aparato e de racionalidade tecnológica, há que se consultar o texto fundamental de Herbert Marcuse, *Algumas implicações sociais da tecnologia moderna*, publicado no Brasil em 1996.

7 O trabalho de Telma de Barros Correia (2004) lista, em abundância, os consensos em torno desta idéia, formalizados em publicações em meios de comunicação (jornais e revistas), relatórios técnicos, cartilhas, conferências, jornadas. Vejam-se também relatos análogos em Bonduki (1998).

8 Em sua tese sobre aspectos da atual política habitacional do governo brasileiro, Lúcia Shimbo procura remontar um histórico de constituição dessa política, enfatizando as passagens que demonstram a origem da confluência entre mercado e Estado aí colocada, que ela identifica justamente na configuração original montada pelo BNH, no regime militar, com reforços e incrementos evidentes durante os governos FHC, já nos anos 1990 (Shimbo, 2010).

9 Em relação à experiência a seguir apresentada, cabe informar que se trata de um caso em processo de estudo, o que resulta em uma leitura de fato ainda bastante descritiva e pouco conclusiva a seu respeito, reforçando seu caráter primordialmente ilustrativo no trato das questões teóricas introduzidas na argumentação anterior. De todo modo, ainda que não haja espaço para maiores aprofundamentos, o relato da experiência exerce, de certa forma, uma essência heurística para o entendimento e a assimilação dos pressupostos analíticos e críticos que este trabalho perscruta.

10 “A ABCP - Associação Brasileira de Cimento Portland foi fundada em 1936 com a finalidade de promover estudos sobre o cimento e seu uso. É uma entidade sem fins lucrativos mantida pela indústria brasileira de cimento. (...) A ABCP trabalha neste momento em quatro grandes projetos: pavimentos de concreto; blocos e alvenaria; artefatos e pré-fabricados; e estruturas de concreto e argamassa. E a Associação está comprometida, junto com todos os segmentos da indústria da construção civil, no desenvolvimento de um projeto de longo alcance: o combate ao déficit habitacional brasileiro, estimado em mais de 6 milhões de moradias” (ABCP, 2002, p.03).

11 www.abcp.com.br. Consulta em 15 de abril de 2010.

12 Por mais que se alardeie a racionalização do processo produtivo, não há, pois, nenhuma alteração de peso que rompa com o ciclo de reprodução de tecnologias construtivas que podem ser consideradas tradicionais e manufatureiras, condizentes com a baixa composição orgânica de capital na construção civil. Essa discussão abre um leque de novas perspectivas analíticas em relação ao lugar da tecnologia e do trabalho nesse processo, que não cabe aprofundar-se aqui. De todo modo, para uma abordagem importante desta questão, veja-se Shimbo (2010).

13 A esse respeito, veja-se também Nascimento (2004).